

## ***UNIFICAÇÃO DOS PROCESSOS – CONDENATÓRIO, LIQUIDATÓRIO E EXECUTÓRIO\****

---

**DOMINGOS FRANCIULLI NETTO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

O próprio título deste Fórum de Debate sugere o descompasso entre a concretização do Direito, em cada caso concreto, e os anseios da sociedade, que, de modo geral, se vê frustrada com a operacionalização do sistema judiciário.

A ninguém é dado ignorar que a prestação jurisdicional brasileira ficou superada e se apresenta anacrônica para responder ao apelo de camadas cada vez maiores da população cada dia mais consciente de seus direitos individuais e sociais.

É paradoxal que tal ocorra justamente numa época em que se alardeia a necessidade de um processo de resultados e da própria efetividade do processo.

O movimento renovador surgiu no Brasil depois da vinda do ilustre jurista italiano Enrico Tullio Liebman, no início do decênio de 1940, período em que se formou a chamada Escola Processual de São Paulo, da qual faziam parte José Frederico Marques, Celso Neves, Moacir Amaral Santos, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Bruno Afonso de André, Alfredo Buzaid, e outros. Dos representantes mais modernos, foram meus diletos colegas até a Desembargadoria de São Paulo, mas, hoje ilustres advogados, os preclaros juristas Cândido Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe. Ambos insistem num processo de resultados e na sua própria efetividade.

---

\* Palestra proferida no Fórum de Debate “Modernização do Direito”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal em conjunto com a Associação dos Magistrados Catarinenses, Balneário Camboriú – SC, 10 de novembro de 2000.



Não tenho muita ilusão, porque, nos idos dos meus vinte anos, os processualistas me ensinaram, segundo a origem etimológica da palavra, que processo era um andar para frente. Ora, o radical “cesso” pode redundar em acesso e recesso, mas processo é andar para frente. Depois, qual a minha decepção ao ver o que de ordinário acontece. O processo anda praticamente para todos os lados, mas mui vagarosamente para frente.

As causas sobre o atual estado de coisas são muitas, sem dúvida.

Para debelá-las, acenaram com a Reforma do Poder Judiciário, ora em tramitação no Congresso Nacional. A despeito de pouquíssimos, - perdoem a sinceridade -, aspectos positivos nela contidos, a verdade é que, se passar como projetada, pouco contribuirá para uma prestação jurisdicional moderna e mais eficiente.

A continuar a situação presente, dentro de pouco tempo os tribunais superiores de nossa pátria estarão total e irremediavelmente inviabilizados.

Para se ter uma pálida idéia do que vem acontecendo, basta atentar para alguns dados estatísticos.

Ao Excelso Supremo Tribunal Federal, composto por onze Ministros, de janeiro a agosto deste ano, foram distribuídos 46.883 recursos, dos quais foram julgados 46.001; ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com trinta e três membros, trinta dos quais estão na função jurisdicional, propriamente dita, foram distribuídos, no mesmo período de oito meses, 83.919 recursos, dentre os quais, foram julgados, 81.273. A última Corte, que é o vértice dos tribunais do país em matéria infraconstitucional, apenas no mês de agosto último, julgou 17.438 recursos, o que representa a média de 581,2666 decisões colegiadas e monocráticas para cada Ministro ( $17.438 \div 30$ ), incluídos os julgamentos

da Corte Especial. Nesse único mês de agosto passado, a egrégia Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (Seção de Direito Público), da qual é Presidente o Sr. Ministro Humberto Gomes de Barros e da qual fazem parte os Ministros Peçanha Martins, Paulo Gallotti, todos aqui presentes, integrada por dez Ministros, incluído este expositor, julgou 10.061 recursos, o que significa a média de 1.006,1 decisões para cada Ministro.

É verdade que, para atingir esse número, vários Ministros prejudicaram, total ou parcialmente, suas férias (é evidente que essa marca não seria atingida se não existissem decisões repetitivas, as do “FGTS da vida”).

Mesmo nas questões repetitivas, como não é dado ao juiz ou ao Ministro assinar em cruz, sempre há necessidade de conferência, ainda que as matrizes estejam armazenadas nos computadores. Desses feitos, mais de 2/3 (dois terços) envolvem entes públicos, por mais incrível que possa parecer. A razão está presa ao endividamento cada vez mais insuportável da União, dos Estados-membros e dos Municípios, incluídas, em todos esses graus, as autarquias.

O saudoso Prof. José Horácio Meirelles Teixeira costumava prelecionar a seus alunos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que à Administração não era dado litigar por litigar: “Na hierarquia dos princípios que devem nortear os atos administrativos, reservava [o Prof. Meirelles Teixeira] o ápice ao princípio da legalidade e ao princípio da moralidade. Quanto ao contencioso, não admitia que a Administração ingressasse com ação temerária; ao contestar, deveria, com fidelidade absoluta, relatar a matéria de fato; por fim, recorrer apenas nos casos de dúvida razoável. Um Poder Público não

pode assoberbar o trabalho de outro, finalizava, contra os princípios e o bem comum”<sup>1</sup>.

Para se ter idéia do peso moral da lição supra transcrita, é suficiente lembrar o episódio que passo a relatar: O ilustre mestre lecionou Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da segunda metade dos anos quarenta até a revolução de 1964. Exatamente na primeira aula depois dessa revolução, acompanhado de todos os alunos, retirou-se da sala de aula, sob o fundamento de que passara anos a fio ensinando que a nossa Constituição era rígida e que qualquer reforma precisava atender a muitas exigências; mas, a partir daquele dia, um simples e puro Ato Institucional havia acabado com tudo o que ele havia ensinado. Em decorrência de sua honestidade intelectual, portanto, ele rematou dizendo que não tinha mais o que fazer naquela faculdade. Pediu licença para retirar-se de sua derradeira aula e não mais retornou a lecionar até o ano de 1972, quando faleceu na plenitude de suas forças intelectuais, aos 65 anos de idade.

Desafogar o Poder Judiciário depende, e muito, de vontade política. Basta a Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cumprir os princípios que se encontram insculpidos no caput do artigo 37 da Carta Política de 1988. Todos os ensinamentos dos administrativistas, que eram apenas teóricos, foram cristalizados e colocados no *caput* desse dispositivo: legalidade, moralidade etc.

A Administração não pode continuar pretendendo resolver ou procrastinar seus crônicos problemas de caixa servindo-se do Poder Judiciário.

---

1 Trecho extraído da apresentação do livro “Curso de Direito Constitucional”, Forense Universitária, 1991, XIII.



Mas, para isso, não basta apenas a ampla reformulação, em matéria penal e civil de nossos códigos. Há, sobretudo, necessidade de vontade política de nossos homens públicos, é de bom conselho frisar.

A matéria penal não é exatamente, no momento, assunto da minha área. Já defendi anos a fio na minha vida que na Justiça Penal, em minha modesta ótica, tem de haver radical modificação nas duas extremidades: na ponta inicial, o inquérito, hoje sem dúvida obsoleto, precisa ser substituído, gradativamente, pelo juizado de instrução; no lado final, faz-se necessário reformular as penas e o sistema penitenciário. Quanto às primeiras, com a ampliação das penas alternativas e com a introdução de penas substitutivas das penas privativas de liberdade, para aqueles delitos em que a verdadeira punição deve exteriorizar-se no esvaziamento patrimonial obtido, por seus autores, de forma ilícita. Algumas penas atuais deverão ser substituídas por penas mais modernas que possam ser realmente sentidas, mormente, pelos chamados criminosos de colarinho branco, os que causam desfalque patrimonial: penas antes e acima de tudo voltadas para o ressarcimento do dano causado ao patrimônio público ou particular.

Há de ser modernizado o sistema penitenciário para a reclusão dos autores de crimes com violência contra a pessoa, nesse aspecto incluída a preparação técnica dos agentes penitenciários, a par da construção e ou remodelação dos presídios existentes.

Em relação à superlotação de cadeias, quero contar-lhes uma experiência pessoal. Quando era juiz de Guaratinguetá, nas funções de Corregedor da Polícia e dos Presídios, em 1970, fui fazer uma visita correicional à cadeia pública local e fiquei chocado com o número de presos que se encontravam “enlatados” em cada cela. Depois de medir a capacidade para colocação de colchões, determinei a proibição da permanência de mais de quatro presos em cada cela. A superlotação devia-se ao fato de que as Comarcas circunvizinhas estavam com suas



cadeias interditadas, sob os mais amplos pretextos possíveis: Por exemplo, em Cunha, em mil novecentos e nada havia ocorrido uma crise de hepatite; em Aparecida do Norte, a cadeia poderia afugentar fiéis; em Cruzeiro, as vidraças do presídio, quebradas, não tinham sido repostas; Alhures, os esgotos da cadeia estavam entupidos etc. Deus e minha mulher Maria Thereza sabem as pressões que eu sofri: Volta e meia, até de madrugada, recebia telefonemas para abrir exceções à Portaria ou ao Provimento que baixara, com pedidos de transferência de presos. Embora se tratasse de função precípua do Delegado Diretor da cadeia, só consegui manter a decisão, graças ao respaldo que tive do saudoso desembargador, depois Ministro do Excelso Supremo Tribunal Federal, Rodrigues de Alckimin, que então exercia as nobilitantes funções de Corregedor Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Menciono esse episódio porque foi retratado pelos jornais da época.

Já que existe a pena de reclusão, tem-se de oferecer condições mínimas de sobrevivência digna ao presidiário, que nunca deixa de ser uma pessoa humana, enfoque que não pode ser levado ao extremo de se dar regalias aos presos e, muito menos, o controle das cadeias.

Em relação à matéria não penal, sem embargo de nosso excelente Código de Processo Civil, do ponto de vista doutrinário, a verdade é que, na prática, ninguém mais aguenta o cipoal hirsuto a que levam suas normas, principalmente no que diz respeito ao processo de execução, hoje inteiramente obsoleto e complicado, e ao sistema recursal, que precisa urgentemente de profunda racionalização.

Copiamos em boa parte o sistema italiano e ficamos atados ao romantismo lusitano, despercebidos de que, no Brasil, dadas suas peculiaridades e explosão demográfica, não poderiam na prática funcionar leis que, em países de equilíbrio estável entre o índice de natalidade e o de mortalidade, já não se notabilizavam pela agilidade pragmática da prestação jurisdicional.

O ilustre Ministro Francisco Peçanha Martins, em sua palestra neste mesmo Simpósio, com a verve que o notabiliza, disse que os processualistas construíram uma verdadeira catedral, por cujos portais não passam os pobres. Eu diria que se parece igualmente com a casa-grande. Se não funciona nesta, que pelo menos funcione nas senzalas. As senzalas, no caso, são Juizados Especiais de Pequenas Causas e a pretora de medidas cautelares, liminares e tutelas antecipadas.

Critiquei o primeiro projeto dos juizados de pequenas causas, nos idos de 1979<sup>2</sup>.

Entendi que não havia sentido a criação de um juizado à parte, pois o correto era apanhar as varas já existentes e a elas atribuir a matéria do juizado ainda que com expediente em horário diferente: por exemplo, das 18 às 22 horas e, quem sabe, aos sábados. Não havia razão em criar mais uma estrutura dentro de outra obsoleta. Não há culpar somente os processualistas. O Judiciário ficou, durante dez anos, com o poder de legislar em matéria de organização judiciária e as nossas leis de organização judiciária não acompanham as leis processuais. O exemplo mais frisante desse fato, que dou sempre, é o seguinte: hoje há o julgamento antecipado. Casos de julgamento antecipado, não raro, são julgados antes do processo sumário, que obriga haver audiência; mas como as pautas estão, de ordinário, assoberbadas, as audiências são marcadas para dali a três, quatro ou cinco meses. Por que então haver sumário e ordinário em uma única unidade judiciária se, na prática, o ordinário, muitas vezes, é mais rápido que o sumário? Não seria melhor a criação de varas apenas para processos sumários, como defende o ilustre Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira ?<sup>3</sup>.

---

2 "Parecer sobre o Anteprojeto do Juizado Especial de Pequenas Causas", in "Julgados dos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo", Ed. Saraiva, São Paulo, 1983, vol. 77, ps. 410-420.

3 "Código de Processo Civil Anotado", Ed. Saraiva, São Paulo, 6ª ed., 1996, comentário ao art. 281, p. 205.



Para desafogar os Tribunais Superiores, de minha parte, como mero artesão, aplicador do Direito (não tenho curso de Mestrado nem de Doutorado, somente a experiência do dia-a-dia, beirando aos 40 anos de atividade forense, 33 dos quais como magistrado), penso que, entre as soluções possíveis, evidencia-se aquela voltada para a revalorização dos Juízos de primeiro grau e dos Tribunais Estaduais e dos Tribunais Regionais.

Não é possível persistir no atual sistema, a possibilitar, em tese, na maior parte das vezes, o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, ou de ambos.

Não há razão plausível para confundir questão federal com questão nacional. Continuadas embaralhadas essas questões, permanecerão avolumando os serviços dos Tribunais Superiores decisões que perfeitamente poderiam morrer nos Tribunais locais. Nada está a justificar que subam ao Superior Tribunal de Justiça disputas por quatro minhocas, decorrentes de briga entre cachorros e papagaios ou sobre permanência de cães e outros animais domésticos em apartamentos.

Seja qual for a solução, essas causas simples, ainda que ofendam a legislação federal, não são causas de interesse nacional.

Na verdade, copiou-se o sistema federativo dos Estados Unidos da América na parte orgânica e política, mas se transportou para o nosso meio jurídico o sistema europeu-continental.

De outra parte, deve-se conceituar o que de fato representa eventual ofensa à Constituição.

Não vejo porque achar, agora no que tange ao Excelso Supremo Tribunal Federal, que em tudo há ofensa à Constituição. Tive a oportunidade de enfrentar essa matéria no exame do FGTS. Penso que uma coisa é haver infringência à Constituição da República e a princípio



nela consagrado. Outra coisa é aferir se foi aplicado o direito, segundo a lei federal vigente, ainda que, para tanto seja necessário levar em conta matéria albergada no Texto Maior. Na maior parte das vezes, a questão pode e deve ser conhecida unicamente sob o ângulo infraconstitucional<sup>4</sup>. Perdoe-me a falta de modéstia, porém tive a honra de ter esse pensamento reproduzido no voto do ilustre Ministro Celso de Mello, quando, também, o Supremo apreciou a questão do FGTS:

“Afigura-se-me inteiramente procedente, neste ponto, a afirmação do eminente Ministro Franciulli Netto, do Superior Tribunal de Justiça (DJU de 11.04.00, seção 1, p. 193), para quem ‘uma coisa é haver infringência à Constituição da República, a princípio nela consagrado, outra coisa é aferir se foi aplicado o direito segundo a lei federal vigente’, especialmente quando ‘a questão pode e deve ser conhecida, unicamente, sob o prisma estrito da legislação federal...’<sup>5</sup>.

Em nossa história, já tivemos um direito local, que era o direito praticado nos aldeamentos dos índios, com regras próprias, que funcionava relativamente bem. No mesmo passo, tivemos também um direito local nos quilombos. Ninguém estudou a fundo esses direitos que atenderam às necessidades de uns e de outros. Fomos nos ater apenas às ordenações do Reino para proibir o cidadão de entrar com “barrigã” (amante) na Corte. O direito nascido em nosso país foi deixado de lado.

Antes de ingressar no tema da unificação dos processos, não há olvidar outras medidas.

A simplificação dos recursos e dos graus de jurisdição é tão ou mais importante do que a informatização. Esta é imprescindível nos dias que correm, mormente em termos de comunicação e por diversas outras e importantes razões, que extravasam os limites desta palestra. Mas não

---

4 Decisão proferida pelo subscritor, nos AG n. 280.903, AG n. 278.538, AG n. 245.757, AG n. 244.849 e AG n. 238.323, todos in DJU de 11.04.00, seção 1.

5 RE n. 226.855-7/RS, fl. 1029.



é suficiente depositar todas as fichas apenas na informatização, na expectativa de uma prestação jurisdicional mais rápida e eficiente.

Não tenho nenhuma ojeriza ao computador. Ao reverso, fui Coordenador de Informática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, seguindo as trilhas e os nortes traçados pelo saudoso Desembargador Dínio de Santis Garcia, homem que viveu adiante de seu tempo.

Aliás, por falar em cibernética, abro um parênteses para lembrar que precisamos ultrapassar a fase da “doença infantil” do uso do computador. Não há nenhuma justificativa válida para que se verta para o papel quase tudo o que se encontra armazenado na memória do computador. Brinquei outro dia asseverando que o processador de texto nas mãos de um tributarista é uma arma.

No contexto da unificação dos processos, propriamente dita, entre as sugestões que ultimamente têm sido feitas, há de ser pensada e refletida a de autoria do ilustre Ministro Humberto Gomes de Barros, convertida em projeto de lei, a preconizar a prolação de sentença líquida e de plano exeqüível, o que se afigura perfeitamente viável. Sob o prisma doutrinário, a ninguém é dado ignorar a contribuição de Enrico Tullio Liebman, seus discípulos e seguidores. A monografia do primeiro, “Processo de Execução” é obra do mais alto coturno. Na prática, contudo, a exagerada autonomia do processo de execução tem sido alvo das mais acerbos críticas por ensejar, na verdade, praticamente, uma nova ação, a começar pela necessidade de citação do executado. Nas últimas reformas, sobre as quais o ilustre Ministro Francisco Peçanha Martins desceu a minúcias, chegou-se a verdadeiras preciosidades, com a criação de atalhos que acabaram por comprometer a estrutura primeva do Código de Processo Civil.

Para citar apenas um aspecto, por exemplo, esqueceram-se de que tivemos inúmeros planos econômicos e uma plethora de índices ou coeficientes de correção, sem falar na sucessiva supressão de zeros. O que os processualistas modernos fizeram? Pura e simplesmente acabaram com o contador e ressuscitaram a memória de cálculo. O que aconteceu? Os grandes escritórios de advocacia servem-se de assessorias altamente qualificadas e, como tal, apresentam contas desdobradas em itens e sub-itens, sempre com emprego de índices e critérios que lhes são favoráveis, enquanto a Fazenda nada diz ou, quando não, oferece impugnação genérica e abstrata sem especificar eventuais erros. O juiz, que de ordinário, não pode ver aritmética nem pintada, homologa o cálculo em decisão estereotipada, “para que produza seus devidos efeitos de direito”.

Não estou, com essa colocação, querendo justificar nada, é evidente, muito menos tecendo loas às decisões lacônicas, genéricas e abstratas, tais como: “Defiro a liminar porque presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*”, severamente e com razão criticadas pelo insigne processualista baiano Calmon de Passos<sup>6</sup>.

Por falar em liminar, há profusão de decisões com total inversão dos valores. Sobre o tema, bem criticou um dia o Desembargador paulista Edgar Aparecido de Souza, hoje aposentado, uma liminar que suspendera uma importante partida de futebol do Campeonato Paulista, depois de agendada, quase em cima da hora e com muitos ingressos vendidos: Por que não a realizar e, depois, se fosse o caso, aplicar as cominações legais? – a um tempo perguntando e respondendo.

Em decorrência da demora na prestação jurisdicional, nada recomenda a concessão de liminares, a torto e a direito, a par do uso desmedido da tutela antecipada, que está criando a esdrúxula figura do “autor procrastinador”, até então inédita na vida forense. O autor, em

---

<sup>6</sup> “Inovações no Código de Processo Civil”, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1995, ps. 66-67.



alguns casos, agraciado com a tutela, passa a criar inúmeras dificuldades na tramitação do processo, temendo o resultado final da demanda. Afinal de contas, ainda que justificável em casos especialíssimos, não há perder de vista que tal tutela vulnera em cheio o princípio do contraditório.

A proposta do ilustre Ministro Humberto Gomes de Barros, se vier a ser exitosa, redundará, praticamente, na unificação dos processos de conhecimento (quando condenatório), liquidatório e executório. A meu sentir, é um verdadeiro “Ovo de Colombo”. Ainda que o processo de conhecimento dure mais, a fim de ensejar a prolação de sentença líquida e exeqüível, sempre será melhor do que a tormentosa execução (a exigir nova citação), precedida de, não raro, complicada liquidação, a par de ensejar incidentes de toda sorte.

A unificação poderá ser gigantesco passo em direção da modernização do Direito. Tudo sem embargo de se repensar acerca de alguns pontos de estrangulamento do procedimento, tais como: a citação, as nulidades, as decisões interlocutórias e as perícias. Não contente com o excesso de formalidades para a citação na fase de conhecimento, exige-se nova citação na de execução, o que se não compraz com as necessidades hodiernas.

Parece que tudo foi engendrado para obrigar o autor, o exeqüente, a correr atrás do réu, do devedor.

Quanto à citação, há de se redesenhar o atual sistema para a realidade de há muito existente em nossa sociedade. Até parece que o domicílio e a residência das pessoas físicas não fazem parte da correspectiva qualificação, como extensão dos atributos de sua personalidade, se for levado em conta o *habitat* predominantemente fixo, certo e determinado de cada pessoa, uma vez que nossa civilização não é nômade. As pessoas têm residência estável. O homem moderno se

estabelece, seja para morar seja para trabalhar, em determinado ponto geográfico.

Nossa sociedade não é uma sociedade de ciganos. De regra, todos tem endereço e fixação certa. Até o vaqueiro, segundo Câmara Cascudo, é um homem “arruado”<sup>7</sup>.

O homem médio, o *bonus pater familias*, ao transferir seu domicílio ou sua residência, faz certo alarde disso, pelo menos no círculo de suas relações. Ora, com muito maior razão deve assim proceder aquele que contraiu obrigações ainda pendentes, sob pena de arcar com as conseqüências decorrentes de sua omissão.

Urge adotar, por outro lado, o princípio da sanabilidade das nulidades. Todas, sem exceção, devem precluir: pelo silêncio das partes; pela efetiva consecução do escopo do ato, não obstante a sua irregularidade; finalmente, pela aceitação, ainda que tácita dos efeitos do ato, a despeito da eiva, como, aliás, consta da exposição de motivos do Ministro da Justiça ao apresentar o projeto que se converteu no atual Código de Processo Penal<sup>8</sup>.

Sabem-no todos os malefícios que ocasionam as nulidades não alcançadas pela preclusão e tantas outras astuciosamente guardadas para o “pulo do gato”.

O conceito de decisão interlocutória, igualmente, tal qual previsto no artigo 62, § 2º, do Código de Processo Civil, a dar azo ao recurso de agravo, nos termos do artigo 522 do mesmo estatuto processual, a meu sentir, deve ser repensado, para obviar a enxurrada de agravos. Decisão interlocutória deve ser apenas aquela que causar efetivo e irreversível prejuízo, se acobertada pela preclusão.

---

7 “Vaqueiros e cantadores”, Ediouro, ano 2000, p. 378.

8 Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, in “Reflexões Jurídicas”, Ed. Brasília Jurídica, 2000, p. 259.



Por derradeiro, quanto ao processo de conhecimento, outro terrível obstáculo à celeridade dos atos processuais é a prova pericial, matéria que estaria a exigir palestra à parte. Tomo, a título de mera ilustração, o que se passa com uma simples avaliação de imóvel, cujos laudos mais parecem páginas extraídas de compêndios de matemática superior: fórmulas de Berrini, fator testada, fator profundidade, fator esquina, fator elasticidade, média ponderada dos paradigmas, expurgo de elementos discrepantes e o diabo a quatro. Pois bem: qualquer corretor de imóvel experiente e idôneo, com uma simples vistoria, fornece de pronto o valor real de mercado desse bem. Existem organizações que oferecem tais serviços.

Em matéria de avaliação de automóveis, muitos juízes adotam critérios práticos e úteis como a coleta de valores oferecida por revistas ou jornais especializados, com resultados excelentes.

Do Direito Comparado extraem-se legislações que determinam a juntada de parecer técnico pelas partes, ainda na fase postulatória. Esclarecida a matéria na aferição da prova, torna-se, muitas vezes, desnecessária a nomeação de perito, o que obvia a demora do trâmite processual.

A unificação dos processos condenatório, liquidatório e executório, é verdade, poderá determinar um curso maior no processo de conhecimento, repita-se, o que, todavia ficará muito aquém da demora acarretada pelo sistema atual, *maxime* se forem lembrados os recursos que podem ser opostos nas diversas fases hoje existentes.

Com o novo sistema, é evidente que o autor empenhar-se-á, em busca da sentença condenatória líquida e exeqüível, em fornecer os dados que forem necessários ao julgador para a sentença líquida.

A unificação dos processos é algo que se impõe até por uma questão de logicidade. Não é de hoje que muitos perceberam que não faz



sentido obrigar o credor, já portador de uma sentença que lhe é favorável, a enfrentar a *via crucis* de um novo processo. Tive um aluno, em 1972, que se chamava Rivero (não me lembro de seu prenome). Tratava-se de um espanhol, naturalizado brasileiro, já entrado em anos, que passou a cursar Direito, depois de aposentado, para realizar um sonho de sua juventude. Um dia pediu-me para que lhe explicasse as fases do processo de execução, o que penso ter conseguido, sem grandes pretensões, uma vez que minha cadeira lá na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade de Campinas era de Direito Civil: há necessidade de nova citação, penhora, embargos disso, embargos daquilo etc. Rivero ouviu atentamente, fez algumas indagações e depois com a maior naturalidade do mundo concluiu: “Isso é tudo o que o devedor pediu a Deus”. Retruquei: “Não ponha Deus nisso; Ele criou o Direito Material; o Direito Processual é coisa do diabo”.

Todos conhecem a trilogia de Descartes: “penso, logo existo”, “duvido, logo existo” e “sou enganado, logo existo”. Nenhum ser mortal, que tenha passado pela agrura de ser exeqüente, com certeza, duvida da última frase dessa famosa trilogia.

Meu tempo está esgotado, peço apenas alguns minutinhos para prestar um esclarecimento necessário. De início, segundo programação original, eu deveria aqui me ocupar do tema sobre precatórios. Mas, o ilustre Ministro Humberto Gomes de Barros, um dos coordenadores deste evento, usando seu sexto sentido, substituiu-o pelo ora aqui desenvolvido. A providência divina quis poupar-me, mercê de tão sábia alteração, uma vez que, a persistir o tema anterior, provavelmente iria sair matéria que não poderia ser publicada, tal a indignação que me causa a recente Emenda Constitucional n. 30, com seu abominável facilitário de dez anos, previsto no artigo 2º, que acresceu ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o artigo 78.

Combati, qual Dom Quixote, nos limites de minhas singelas forças, o artigo 33 dos ADCT, quanto à sua aplicabilidade em matéria de desapropriações, uma vez que, no corpo permanente da mesma Carta Política, encontrava-se insculpido o princípio do preço justo e prévio, para indenizações desse jaez. O que então defendi foi a inaplicabilidade desse artigo 33 às desapropriações, mas jamais disse que se tratava de norma inconstitucional, por saber de sobejo ser controvertida a possibilidade de existência de inconstitucionalidade de normas constitucionais<sup>9</sup>. Meu modesto ponto de vista, contudo, não prosperou.

É desolador ver o que disciplina a recente Emenda Constitucional n. 30, de 13 de setembro último, ao inserir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 78, a possibilitar aos precatórios pendentes na data de sua promulgação e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, a sua liquidação pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

É incrível que tal tenha ocorrido, depois da malograda experiência do artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que possibilitou a liquidação dos débitos estatais no prazo de até 8 oito anos e de nada adiantou para a moralização da liquidação da dívida pública. Os problemas de caixa dos entes públicos não foram resolvidos, mas a situação dos credores, de certo, foi muito agravada.

Essa desastrada nova colher de chá, acabará por neutralizar, em boa parte, alguns aspectos indiscutivelmente positivos contidos na referida Emenda, entre os quais podem ser evidenciados os seguintes: a) atualização dos valores dos precatórios, apresentados até 1º de julho, na data de seu pagamento, a ser feita até o final do exercício seguinte; b)

---

<sup>9</sup> “Desapropriação - O Aparente Conflito entre o Artigo 33 das Disposições Transitórias e o Artigo 5º, inciso XXIV, ambos da Constituição da República”, in “Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo”, Ed. Lex, 1990, vol. 126, ps. 23-25.





enumeração taxativa dos créditos alimentícios, disciplinados em dispositivo apartado; c) consignação das dotações orçamentárias e dos créditos abertos diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exeqüenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Até a generosidade dessa Emenda n. 30, ao reduzir o prazo de dez para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que único à época da imissão na posse, é de corar um frade de pedra, se for lembrado que se tratava de único imóvel a servir de residência do credor.

Mas, não ficou tal emenda apenas nisso. Veja-se a redação dada ao § 5º do artigo 100 da Constituição Federal:

“§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade”.

Comparem essa redação definitiva com o que dizia o projeto:

“O descumprimento das providências a que aludem os parágrafos anteriores, pelo Presidente do Tribunal, constituirá crime de responsabilidade, em que também incorrerá o Chefe do Poder Executivo que obstar ou tentar frustrar, por qualquer meio de liquidação regular do precatório, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis e da intervenção nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios”.

De indústria e injustificadamente excluíram do crime de responsabilidade o Chefe do Poder Executivo.

Por fim, o descumprimento das decisões judiciais, hoje em dia, não se compraz com o Estado Democrático de Direito.

Em suma e para concluir, essas são as singelas considerações que me ocorreram apresentar, nesta oportunidade, sem quaisquer ressaibos de academicismo. Foram aqui lançadas como modesta contribuição para o debate e para a maior reflexão sobre o tema. Partiram de quem está absolutamente convicto de que a unificação dos processos condenatório, liquidatório e executório em muito contribuirá para maior eficiência da sempre almejada prestação jurisdicional justa.

Embora não podendo singrar a matéria em maior profundidade, sumamente honrado com o convite para esta palestra, procurei suprir minhas naturais deficiências com a vivência haurida de meus anos vividos. Sou um sexagenário e posso entrar em qualquer clube da terceira idade como sócio remido. Ainda que cada vez mais desencantado, procuro ser fiel ao meu ideal. Aos colegas, nada tenho a ensinar nem a dizer de muito proveitoso; aos estudantes que aqui se encontram, terminando por onde comecei, quero lembrar: “Ouçam tudo o que seus mestres lhes ensinaram e lhes ensinarem, mas não acreditem em tudo”. Eu, um dia, acreditei que o processo era um andar para frente e deu no que deu.

Muito obrigado.